

**EDcl no AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.750 - SP
(2019/0080578-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ANTONIO FERES
EMBARGANTE : SIMONE CAMPANINI FERES MONTINO
EMBARGANTE : SYOMARA CAMPANINI FERES DE DONATO
EMBARGANTE : ANTONIO FERES JUNIOR
ADVOGADO : ÁLVARO ALMEIDA MONTINO JUNIOR - SP123196
EMBARGADO : EDUARDO SARAIVA DE MELO
ADVOGADOS : JOSÉ PAULO SCHIVARTCHE - SP013924
MARCELO SERZEDELLO - SP073269
INTERES. : ELIANE DE OLIVEIRA FERES
INTERES. : JOSE MAURICIO DE DONATO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por ANTONIO FERES E OUTROS em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 398-405 (e-STJ), que, em juízo de reconsideração, negou provimento ao agravo em recurso especial ante a incidência da Súmula 7/STJ.

Na petição dos aclaratórios (fls. 407/409, e-STJ), a parte alega, em síntese, obscuridade do julgado no tocante ao reconhecimento do prequestionamento ficto da tese atrelada à afronta ao art. 723, parágrafo único do CPC/15.

Impugnação às fls. 412/414, e-STJ, na qual a parte requer, além da manutenção do *decisum* monocrático, a condenação em honorários advocatícios.

É o relatório.

Decido.

1. Nos estreitos lindes do art. 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão, ou acórdão.

Os embargantes pretendem que seja reconhecido o prequestionamento ficto da tese atrelada à afronta ao art. 723, parágrafo único do CPC/15.

Ao suscitar a afronta ao referido dispositivo legal, os insurgentes defenderam que ser indevido o pagamento da comissão de corretagem, haja vista a desídia e a imprudência do corretor.

Ocorre que a Corte local, embora provocada pela via dos aclaratórios, não se manifestou sobre a alegação supra e os recorrentes não indicaram a violação do art. 1.022 do CPC/15 apontando essa omissão. Dessa forma, ausente o requisito do prequestionamento, concluiu-se pela incidência da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.
APOSENTADAS VINCULADAS AO PLANO DENOMINADO

REG/REPLAN. PREVISÃO DE CÁLCULO DE SUPLEMENTAÇÃO VINCULADO AOS PROVENTOS DECORRENTES DE BENEFÍCIO CONCEDIDO PELO INSS. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS PELOS INATIVOS. ARTS. 112, 143, 421, 422, 423, 424 E 478 DO CÓDIGO CIVIL NÃO PREQUESTIONADOS. REVISÃO DO JULGADO QUE IMPORTA REEXAME DE PROVAS E ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Esta Corte não reconhece o prequestionamento apenas pela interposição de embargos de declaração, entendimento esse consolidado na Súmula 211 desta Corte: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo." Persistindo a omissão, é necessária a interposição do recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, sob pena de subsistir o óbice da ausência de prequestionamento.

[...]

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1259205/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)

Mesmo não havendo vícios capazes de macular o decisum embargado, cumpre acolher os presentes embargos tão somente para esclarecer que não há, no caso, a ocorrência do prequestionamento ficto.

Isso porque a aplicação do art. 1.025 do CPC/15 (que trata do prequestionamento ficto) demanda que seja indicado, no recurso especial, a contrariedade ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo mencionado dispositivo legal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AFIRMAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. SÚMULA 284/STF. ARTS. 27, III DA LEI 10.683/2003; 14 DA LEI 8.029/1990; 1o. E 2o. DA LEI 7.735/1989; 11, § 4o. DA LEI 9.636/1998; E 6o. DA LEI 6.938/1981. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LEGITIMIDADE DA UNIÃO DECIDIDA PELA CORTE DE ORIGEM COM BASE NOS ARTS. 20, III, 21, XX E 23, IX DA CF/1988. COMPETÊNCIA RECURSAL DO STF. AGRAVO INTERNO DO ENTE FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

4. Não procede o pleito de aplicação do prequestionamento ficto, previsto no art. 1.025 do Código Fux. Afinal, para que fosse possível acolher tal pretensão, seria necessário que a parte agravante tivesse demonstrado a ocorrência de ofensa ao art. 1.022 do Código Fux - o que, como dito, não foi feito -, para viabilizar a esta Corte Superior a constatação de eventuais omissões no acórdão recorrido.

[...]

6. Agravo Interno do Ente Federal a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1773860/SE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 19/11/2019)

Uma vez que os recorrentes não alegaram a negativa de vigência do art. 1.022 do CPC/15, com a indicação expressa da omissão perpetrada pela instância ordinária sobre a questão, é de rigor a manutenção da incidência da Súmula 211/STJ, conforme fundamentação supra.

2. Por fim, não há falar em majoração dos honorários recursais, tendo em vista que a referida verba deve ser aplicada, apenas uma vez, em cada grau de jurisdição, e não a cada recurso interposto na mesma instância.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

6. Não haverá honorários recursais no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração apresentados pela parte que, na decisão que não conheceu integralmente de seu recurso ou negou-lhe provimento, teve imposta contra si a majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

[...]

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1539725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017)

3. Do exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, apenas para acréscimo de fundamentação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator